

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP
Birigui – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 14 de março de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC – PR 051818/O-7 S-SP
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 59.172 mil, aumento de 29,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 31.471 mil, com evolução de 29,95% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 28.251 mil, representando 84,95% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 3.500 mil, compondo 10,52% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 1.505 mil ou 4,53% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 54.941 mil em dezembro de 2015, com incremento de 29,38% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 32.866 mil, com crescimento de 40,15% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 14,58% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 10.309 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 11.712 mil, tendo um aumento de 17,20% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação, em conformidade com o disposto no art. 12 da Res. CMN nº 4.434/2015.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas parcialmente, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	5.539	5.451
Carteira de Crédito *	34.336	29.080
Depósitos	51.755	43.175
Patrimônio Líquido	12.075	11.712
Capital	6.173	7.657
Resultado Antes das Destinações	1.669	1.556
Rentabilidade do PL	13,82%	13,29%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi S.A., sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP
CNPJ/MF nº 04.484.490/0001-08

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	46.583	36.311	CIRCULANTE	22.447	17.928
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	976	1.541	DEPÓSITOS (NOTA 09)	18.162	14.653
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	23.476	16.671	Depósitos à Vista	10.309	8.997
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	1	Depósitos a Prazo	7.853	5.656
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	23.472	16.670	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	19.667	16.214	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	2
Operações de Crédito	21.466	17.544	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	54	24
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.799)	(1.330)	Recursos em Trânsito de Terceiros	54	24
OUTROS CRÉDITOS	2.311	1.742	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 10)	823	805
Rendas a Receber	118	141	Empréstimos País - Outras Instituições	823	805
Diversos (NOTA 06)	2.215	1.616	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.407	2.444
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(22)	(15)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	7	8
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	153	143	Sociais e Estatutárias	476	322
Outros Valores e Bens	940	940	Fiscais e Previdenciárias	124	105
(Provisão para desvalorização)	(900)	(900)	Diversas (NOTA 11)	2.800	2.009
Despesas Antecipadas	113	103	NÃO CIRCULANTE	25.013	17.794
NÃO CIRCULANTE	12.589	9.404	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.013	17.794
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.648	6.665	DEPÓSITOS (NOTA 09)	25.013	17.794
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	9.413	6.332	Depósitos a Prazo	25.013	17.794
Operações de Crédito	10.005	6.675	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.712	9.993
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(592)	(343)	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	7.657	6.734
OUTROS VALORES E BENS	235	333	De Domiciliados no País	12.724	14.195
Despesas Antecipadas (NOTA 07)	235	333	(Capital a Realizar)	(5.067)	(7.461)
PERMANENTE	2.941	2.739	RESERVAS DE SOBRAS	3.504	3.614
INVESTIMENTOS (NOTA 08a)	1.836	1.768	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	551	(355)
Outros Investimentos	1.836	1.768	Sobras acumuladas	551	545
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08b)	557	613	Ajustes de exercícios anteriores		(900)
Outras Imobilizações de Uso	1.371	1.265			
(Depreciação acumulada)	(814)	(652)			
INTANGÍVEL (NOTA 08b)	548	358			
Outros Ativos Intangíveis	901	632			
(Amortização acumulada)	(353)	(274)			
TOTAL DO ATIVO	59.172	45.715	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.172	45.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP
CNPJ/MF nº 04.484.490/0001-08

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.453	1	5.454	9.694	1	9.695	7.185	-	7.185
Operações de Crédito	5.453	1	5.454	9.694	1	9.695	7.185	-	7.185
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.106)	(4)	(3.110)	(5.122)	(7)	(5.129)	(3.153)	(6)	(3.159)
Operações de Captação no Mercado	(1.990)	(1)	(1.991)	(3.456)	(2)	(3.458)	(2.200)	(1)	(2.201)
Operações de Empréstimos e Repasses	(52)	(3)	(55)	(97)	(5)	(102)	(76)	(5)	(81)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.064)	-	(1.064)	(1.569)	-	(1.569)	(877)	-	(877)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.347	(3)	2.344	4.572	(6)	4.566	4.032	(6)	4.026
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.838)	142	(1.696)	(3.586)	267	(3.319)	(2.814)	(12)	(2.826)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	681	380	1.061	1.248	725	1.973	966	741	1.707
Rendas de Tarifas Bancárias	546	-	546	1.021	-	1.021	840	-	840
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.863)	(97)	(1.960)	(3.366)	(163)	(3.529)	(2.667)	(170)	(2.837)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(1.600)	(198)	(1.798)	(2.906)	(311)	(3.217)	(2.097)	(541)	(2.638)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(19)	(19)	(5)	(37)	(42)	(12)	(64)	(76)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 16)	1.899	116	2.015	3.382	131	3.513	2.088	91	2.179
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 17)	(1.501)	(40)	(1.541)	(2.960)	(78)	(3.038)	(1.932)	(69)	(2.001)
RESULTADO OPERACIONAL	509	139	648	986	261	1.247	1.218	(18)	1.200
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 14)	(55)	-	(55)	304	5	309	3	12	15
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	454	139	593	1.290	266	1.556	1.221	(6)	1.215
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	454	139	593	1.290	266	1.556	1.221	(6)	1.215
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	266	(266)	-	(6)	6	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	454	139	593	1.556	-	1.556	1.215	-	1.215
DESTINAÇÕES	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)	(670)	-	(670)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13b)	-	-	-	(433)	-	(433)	-	-	-
Fates - Estatutário (Nota 13c)	-	-	-	(55)	-	(55)	(54)	-	(54)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 13c)	-	-	-	(497)	-	(497)	(490)	-	(490)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(20)	-	(20)	(126)	-	(126)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	551	-	551	545	-	545

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP
CNPJ/MF nº 04.484.490/0001-08

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	5.143	2.901	(803)	7.241
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	97	(97)	-
Outras destinações	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.050	-	-	2.050
Baixas de capital	(459)	-	-	(459)
Resultado do período	-	-	1.215	1.215
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(54)	(54)
Reserva Legal - Estatutária	-	490	(490)	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	126	(126)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	6.734	3.614	(355)	9.993
Mutações do Período	1.591	713	448	2.752
Saldos no início do período em 01/01/2015	6.734	3.614	(355)	9.993
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	265	-	(265)	-
Destinações para reservas	-	272	(272)	-
Outras destinações	-	-	(7)	(7)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	992	-	-	992
Baixas de capital	(748)	-	-	(748)
Reversões de reservas	-	(899)	899	-
Resultado do período	-	-	1.556	1.556
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 13c)	-	-	(55)	(55)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 13c)	-	497	(497)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13b)	414	-	(433)	(19)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	20	(20)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	7.657	3.504	551	11.712
Mutações do Período	923	(110)	906	1.719
Saldos no início do período em 01/07/2015	7.320	2.987	963	11.270
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	385	-	-	385
Baixas de capital	(462)	-	-	(462)
Resultado do período	-	-	593	593
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 13c)	-	-	(55)	(55)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 13c)	-	497	(497)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 13b)	414	-	(433)	(19)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	20	(20)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	7.657	3.504	551	11.712
Mutações do Período	337	517	(412)	442

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP
CNPJ/MF nº 04.484.490/0001-08

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	1.120	2.479	1.732
Resultado do exercício	593	1.556	1.215
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	527	923	517
(Reversão) Provisão para operações de crédito	462	718	319
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	10	8	6
Depreciação do imobilizado de uso	78	168	156
Amortização do intangível	49	79	70
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	41	40	36
Destinações ao FATES	(55)	(55)	(55)
Dividendos SicrediPar	(58)	(35)	(15)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(3.272)	3.990	(9.014)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	849	(21)	2
(Aumento) Redução em operações de crédito	(5.219)	(7.252)	(5.431)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(1.182)	(1)	2
(Aumento) Redução em outros créditos	(404)	(543)	(430)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	78	89	(135)
Aumento (Redução) em depósitos	1.696	10.728	(3.604)
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	41	30	1
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	55	17	55
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(53)	(10)
(Redução) Aumento em outras obrigações	814	996	536
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.152)	6.469	(7.282)
Aquisição de Investimentos	-	(68)	(81)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(48)	(112)	(75)
Aplicações no Intangível	(135)	(270)	(130)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(183)	(450)	(286)
Integralização de capital	385	992	2.050
Baixa de capital	(462)	(748)	(459)
Juros ao capital próprio	(19)	(19)	-
Distribuição de Sobras	-	(7)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(96)	218	1.591
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.431)	6.237	(5.977)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	26.879	18.211	24.188
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	24.448	24.448	18.211

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 20/08/2001 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	976	1.541
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	23.472	16.670
Total	24.448	18.211

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	20.375	8.869	29.244	22.283
Financiamentos	1.091	1.136	2.227	1.936
Carteira total	21.466	10.005	31.471	24.219

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	930	3.926	4.284	4.650	13.790	11.924
Industrial	110	1.412	985	549	3.056	2.367
Comércio	93	2.606	2.519	2.782	8.000	4.822
Outros Serviços	90	2.469	2.042	2.024	6.625	5.106
Total	1.223	10.413	9.830	10.005	31.471	24.219

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	18.425	8.582	92	43
Nível B	1,00	6.741	9.638	67	96
Nível C	3,00	3.085	4.394	93	132
Nível D	10,00	2.689	1.286	269	129
Nível E	30,00	275	173	82	52
Nível F	50,00	344	347	172	174
Nível G	70,00	192	127	133	88
Nível H	100,00	1.505	974	1.505	974
Total (i)		33.256	25.521	2.413	1.688

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 6,24% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	1.785	-	1.785	1.302
Total	1.785	-	1.785	1.302

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	2.324	598
Lançadas contra prejuízo (i)	1.311	849
Recuperadas de prejuízo (i)	226	202

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	6	-	6	17
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	279	-	279	255
Devedores por depósitos em garantia	24	-	24	8
Impostos e contribuições a compensar	32	-	32	6
Títulos e créditos a receber	1.785	-	1.785	1.302
Devedores diversos - País	89	-	89	28
Total	2.215	-	2.215	1.616

valores em milhares de Reais

(i) Do saldo de R\$ 279 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 276 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Bens em regime especial (i)	940	940
Subtotal Bens não de uso próprio	940	940
Despesas antecipadas (ii)	348	436
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(900)	(900)
Total Outros Valores e Bens	388	476

valores em milhares de Reais

(i) O saldo de R\$ 900 mil foi contabilizado em 23 de dezembro de 2013, referente a um imóvel recebido como forma de pagamento, contabilizado na conta Bens Não de Uso Próprio, o qual está reservado ao devedor o direito de recomprar o referido imóvel no prazo de 20 meses contados a partir de dezembro de 2013, conforme processo nº 0004247-36.2013.8.26.0077, pelo valor da quitação da dívida corrigida monetariamente pelo INPC, acrescidos das despesas dispendidas para transferência do bem.

(ii) Saldo referente a pagamentos antecipados a título de aluguel (Cessão de espaço) realizado em 21 de outubro de 2013 à Unimed de Birigui - Cooperativa de Trabalho Médico, com prazo de amortização de 60 meses, conforme contrato firmado em 08 de outubro de 2013.

NOTA 08 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
	Cooperativa Central Sicredi (i)	1.087
Sicredi Participações S.A. (i)	748	698
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	1.836	1.768

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	242.365 ON	226.037 ON	1	1	1.087.022	1.069.334
	505.537 PN	471.521 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,09%	0,09%	0,72%	0,74%	0,70%	0,70%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	748	698	1	1	1.087	1.069

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	53	-	53	-
Instalações	10%	257	(166)	91	148
Móveis e equipamentos de uso	10%	482	(242)	240	269
Sistema de comunicação	10%	28	(16)	12	15
Sistema de processamento de dados	20%	457	(336)	121	132
Sistema de segurança	10%	94	(54)	40	49
Imobilizado de Uso (i)	-	1.371	(814)	557	613
Intangível (ii)		901	(353)	548	358
Investimentos Confederação		901	(353)	548	358
Total		2.272	(1.167)	1.105	971

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	10.309	-	-	10.309	8.997
Depósitos a prazo	2.618	5.235	25.013	32.866	23.450
Total	12.927	5.235	25.013	43.175	32.447

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	823	-	823	805
Cooperativa Central Sicredi	823	-	823	805
Total	823	-	823	805

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	162	-	162	47
Obrigações por convênios oficiais	1	-	1	1
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	27	-	27	-
Provisão para pagamentos a efetuar	677	-	677	500
Provisão para passivos contingentes (i)	77	-	77	36
Credores diversos - país (ii)	1.856	-	1.856	1.425
Total	2.800	-	2.800	2.009

valores em milhares de Reais

(i) Vide NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES abaixo.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	746	636
Agenda cartão Visa a pagar	696	561
Outros	414	228
Total	1.856	1.425

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	35	42	-	77
Cível	1	-	(1)	-
Total	36	42	(1)	77

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	77	77	35
Cível	Provável	-	-	1
Cível	Possível	66	-	-
Total		143	77	36

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	7.657	6.734
Total de associados	5.451	5.227

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Capital, no montante de R\$ 433 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 14 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Alta Noroeste de São Paulo - Sicredi Alta Noroeste SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 366 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	23.472	16.670
Rendas a receber	-	30
Diversos	286	263
Investimentos (Nota 08a)	1.087	1.069
Intangível (Nota 08b)	548	358
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 10)	823	805
Provisões para pagamentos a efetuar	79	51
Credores Diversos	35	28
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	3.029	1.920
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	102	81
Outros Dispendios e Desp. Administrativa	89	75
Outros Dispendios Despesas Operacionais	2.107	1.477

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	128	1,24%	117
Pessoas físicas	128		117
Depósitos a prazo	1.046	3,18%	525
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.046		525
Operações de crédito	170	0,54%	127

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	389	332

valores em milhares de Reais

NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 2.927 mil (R\$ 1.839 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 899 mil (R\$ 657 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 376 mil (R\$ 87 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 128 mil (R\$ 119 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 18 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	4	-
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	4	-
Total	4	-

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 19 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Ildo Wilde
Diretor Executivo
CPF: 666.207.240-00

Charles André Fenske
Diretor de Operações
CPF: 044.453.609-45

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72